



POLÍTICA DE INCLUSÃO E FORMAÇÃO EM SERVIÇO

DESSBESELL, Merilin Timmermann¹;

Resumo

Este trabalho apresenta o relato da prática docente através do Projeto de Intervenção em relação ao tema inclusão de alunos com necessidades especiais na Escola Municipal de Ensino Fundamental de Pejuçara /RS. O objetivo geral consistiu em capacitar os professores e demais funcionários, bem como implementar práticas inclusivas na escola, com foco nas necessidades pedagógicas dos alunos da Educação Especial, através de Atendimento Especializado. A pesquisa-ação foi a metodologia utilizada como forma de intervenção da realidade. Com os estudos e encontros realizados percebeu-se que há uma angústia muito grande nos professores e funcionários, pois acreditam não estarem preparados para desenvolver atividades para estes educandos.. Este trabalho possibilitou efetivamente aos professores e funcionários da Escola ampliar os conhecimentos em relação à temática inclusão.

Palavras-Chave: escola, inclusão, formação

Introdução

Este presente Relatório Analítico se volta para a análise das ações de intervenções desenvolvidas na capacitação de professores e funcionários decorrentes do processo inclusivo escolar. Esta escola localiza-se na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no município de Pejuçara, atende atualmente 290 alunos distribuídos em 16 turmas, da Pré Escola ao 9º Ano do Ensino Fundamental. A escola possui em seu corpo docente 35 professores e 14 servidores para os serviços burocráticos.

¹Docente da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pejuçara;



O interesse investigativo tem vinculação direta com a minha trajetória profissional. Por isso, a opção de apresentar as questões da pesquisa, relacionando-as com as vivências como educadora / pesquisadora. A inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais aconteceu desde o ano de 2007, na escola, onde só no ano de 2010, contratou-se profissional da educação especial, que vem auxiliar e trabalhar com os professores e os educandos. Com essa contratação, deu-se o início do trabalho da educação especial, foi possível perceber a dificuldade dos educadores em desenvolver o processo ensino-aprendizagem, a sua prática pedagógica para com estes educandos e também a movimentação de toda a comunidade escolar.

A escolha do tema justifica-se pelo fato da escola ter educandos com necessidades especiais incluídos na escola e sente-se despreparada para atender na sala de aula estes educandos. Cito Beyer (2005, p. 8), o qual enuncia nos seus escritos que “as escolas, em sua maioria, se encontram, ainda, em situação incipiente diante desse projeto”. Assim, o processo de inclusão dos educandos com NEE resume-se ao cumprimento legal da legislação. O autor defende que “a primeira condição para a educação inclusiva não custa dinheiro: ela exige uma nova forma de pensar”. (p.28).

Antunes (2008, p. 21) apresenta que, é preciso desenvolver “uma nova maneira de pensar encarar sua função educativa”, de modo a estimulá-los à inclusão, instigando-os para a sua ação no processo. As possibilidades interativas entre o educador especial e o educando com NEE possuem grande potencial para atividades na área educacional e fortalecem a ideia de que formas múltiplas podem apoiar o processo de ensino-aprendizagem e transformação da cultura escolar com o Atendimento Educacional Especializado.

Considerando desafios surgidos dos diversos segmentos da educação inclusiva, o objetivo geral consistiu em capacitar os professores e demais funcionários, bem como implementar práticas inclusivas na escola, com foco nas necessidades pedagógicas dos alunos da Educação Especial, através de Atendimento Educacional Especializado que como sua própria função na legislação vigente fica encarregado de fornecer subsídios e orientação ao diretor,



coordenadores pedagógicos, professores de classe comum, toda a comunidade escolar quanto às necessidades pedagógicas dos alunos com deficiências. A sessão que segue apresenta referenciais teóricos e discorre sobre a legislação referente à educação especial.

Revisão de Literatura

O tema inclusão é um desafio a ser enfrentado pela escola comum, torando-a uma escola inclusiva. Marchesi (2004, p. 45) destaca que “as escolas inclusivas vão se configurando mediante um longo processo; portanto, é preciso tomar consciência dos objetivos que se tenta alcançar e o tipo de estratégia que se deve impulsionar”.

Segundo Januzzi (2004), a história da educação dos deficientes vem se desenvolvendo por meio de tentativas práticas nos diversos tempos e lugares. A década de 90 do século XX foi marcada por amplas reformas educacionais que pretendiam tornar o sistema educacional brasileiro mais eficiente e adequado ao desenvolvimento social e tecnológico. A Educação Especial foi uma área bastante referendada nas políticas nos últimos anos, como resultado de um movimento mundial para o atendimento das pessoas com necessidades especiais pelo sistema de educação oficial. O tema sofreu influências históricas e legislativas.

A partir de 1996, com a aprovação da atual LDB passou a ser obrigatória a inclusão de alunos com restrições na rede de ensino regular no Brasil. No capítulo V, a educação especial é apresentada em três artigos:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

Art. 60º. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. (1996)

Carvalho (2004) afirma que a legislação acerca do tema assegura que a melhoria da qualidade da oferta de atendimento educacional é uma necessidade que



se impõe para que essas pessoas tenham seus direitos de cidadania resguardados.

São diversas as diretrizes, pareceres e leis que abordam as políticas para a educação especial no Brasil. O Conselho Nacional de Educação, pela resolução de n.2, de 11 de setembro 2001, instituiu as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. Especifica em seu art. 3º:

Por *educação especial*: modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001.)

Apresenta a concepção de quem é o sujeito da Educação especial, considerando no art. 5º educandos com necessidades educacionais especiais são os que, durante o processo educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (BRASIL, 2001)

Apresenta em seu art. 7º: “O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.”

O Plano Nacional de Educação (2001) traça diretrizes e metas para a Educação no Brasil, enfatiza que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. (BRASIL, 2001, p.205). Nessa visão, é tão importante quantos outros instrumentos de orientação, pois sem essa iniciativa o sistema educacional poderia ainda ser ineficiente nas suas bases para a educação



nacional do século XXI.

As diretrizes do Plano Nacional de Educação (2001) propõem:

[...] uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão as reorienta para prestarem apoio aos programas de integração. A educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. Entre outras características dessa política, são importantes a flexibilidade e a diversidade, quer porque o espectro das necessidades especiais é variado, quer porque as realidades são bastante diversificadas no País. (BRASIL, 2001)

Nesse contexto em 2003, o Ministério da Educação criou o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, ousando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. Com objetivo de “disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos e apoiar o processo de implementação e consolidação do Programa” (BRASIL 2005, p.10), oferecendo aos profissionais da educação uma formação para “efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares” (p. 9).

De acordo com a coleção Experiências Educacionais Inclusivas de 2007, “em prol do desafio assumido, obstáculos vão sendo encontrados na nova perspectiva inclusiva, a questão de apropriar-se da política, muitas vezes não é suficiente para fazer o processo que busca uma melhor qualidade nos atendimentos educacionais”. Torna-se necessário aprimorar a ação mediadora das discussões sobre a educação inclusiva, a responsabilidade pelo atendimento é do professor e da direção (gestores) da coordenação, psicopedagogos e de especialistas. Os colegas podem e devem contribuir, explorando a solidariedade e o respeito às diferenças fazendo com que esses alunos se sintam acolhidos na escola.

Em 2007 foi implementado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), publicado pelo decreto nº 6.094/2007, apresenta como principais pontos “a formação de professores e a valorização dos profissionais de educação” (p.19), a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação



superior. (p.5). O documento reafirma uma “visão que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial”. (p.5)

Na perspectiva de escola inclusiva, segundo estudos realizados por Montoan et al. (2007), o MEC/SEESP/SEED publicou um conjunto de bibliografias intitulado “Orientações Pedagógicas e Aspectos Legais”, sobre a nova perspectiva da educação especial. Essas bibliografias constituem uma formação continuada para os profissionais e levantam características de toda essa nova realidade; apresentam um posicionamento das considerações referentes à escola, de modo porque esse novo processo precisa enfrentar o desafio de transformar-se, redefinir-se e colocar em ação as novas alternativas pedagógicas para um aprimoramento do ensino de qualidade e, conseqüentemente, inclusivo. (p.45).

Em meio às novas perspectivas referentes à educação especial, foi publicado em 2008 o documento do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial sobre a nova Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual “acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (p.5). O propósito do MEC com as novas perspectivas e todo aparato legal é a concretização do direito à educação das pessoas com necessidades especiais. O documento traz indagações quanto ao respeito tanto do saber científico quanto das preocupações contemporâneas com as questões éticas relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à solidariedade.

Analisando a proposta inclusiva, verificamos dados do Conselho Nacional de Educação, que em sua portaria CNE/CP nº 10, de 6 de agosto de 2009, dá publicidade ao documento, fazendo indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011 – 2020, e apresenta algumas estimativas sobre o ensino da educação especial no país.

O tempo foi passando e a educação se transformando. Criaram-se portarias, leis, direcionadas a educação inclusiva, tentando revolucionar a educação para estes alunos com a Língua de Sinais, Libras, Sistemas Braille permitindo acesso nas escolas. A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e ou dificuldades de aprendizado.



Metodologia e/ou Material e Métodos

O método utilizado no trabalho, ou seja, no Plano de Intervenção foi à pesquisa-ação. O ciclo da investigação consistiu em planejar, implementar, descrever e avaliar uma mudança para a melhoria das práticas de inclusão de alunos com necessidades especiais nas classes comuns através da capacitação dos profissionais que trabalham na escola, bem como aprender mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.

As metas para implementação do Projeto de Intervenção consistiu em capacitar os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental e organizar os atendimentos dos alunos com necessidades especiais incluídos em classes comum. Tendo em vista a escolha do tema inclusão para o desenvolvimento do Projeto de Intervenção (PI) criou-se muitas dúvidas até iniciá-lo. Essas dúvidas diziam respeito ao como organizar as ações para melhor intervir na realidade atual da escola, como envolver a comunidade escolar para transformar o espaço em que se está inserido, como fazer para ajudar os professores que atendem os alunos com necessidades educativas especiais em classe comum.

Com o contexto de educandos “incluídos” na escola, as angústias dos gestores, dos professores e de toda a escola, por não sentirem aptos a atendê-los tem sido o desafio maior que se apresentou à escola. Assim, nos propusemos a realizar este PI com foco na inclusão, por estar implementando, gradativamente, na escola, a qualificação dos recursos humanos e a melhoria dos recursos físicos e pedagógicos para que o direito a educação seja exercido com plenitude, atendendo de forma completa as diferenças dos educandos inseridos na instituição. Para a concretização das metas foram percorridas etapas como: reuniões, seleção e estudos de referenciais e formação em serviço.



Resultados e Discussões

Para iniciarmos a prática, propriamente dito, do Projeto de Intervenção realizou-se encontros com a equipe diretiva para definição das ações que seriam implementadas. Essas foram sendo aos poucos desenvolvidas e ou sendo concretizadas juntamente com os professores e a comunidade escolar. Uma das grandes dificuldades que se percebeu foi de como o professor poderia atender na classe comum, o aluno incluído. Então veio a decisão de promover estudos que falassem sobre o tema inclusão para atenuar o que os professores vinham expressando no dia-a-dia de suas aulas.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) promove/promoveu Curso de Formação Continuada com o tema "Competências e Habilidades na Aprendizagem"- dando ênfase no processo ensino-aprendizagem de PNEEs. Mas constatou-se que a inquietação dos professores, continuaram a flor da pele, quando se referia ao processo inclusivo, a sala de recursos, as metodologias de ensino na sala de aula, ao comportamento, as atividades, entre outros.

Na tentativa de suprir as necessidades dos profissionais de educação e para desenvolver uma educação de qualidade que viesse ao encontro das necessidades do aluno com necessidades especiais incluído na classe comum, foram organizados encontros de estudos com a Educadora Especial na escola, inicialmente para os professores e posteriormente para os funcionários e pais dos alunos.

No primeiro encontro iniciou com a explanação de como funciona a Sala de Recursos Multifuncional - SRM², já que esta era um ambiente novo na escola e como é feito o Atendimento Educacional Especializado (AEE), mostrando com o auxílio audiovisual. Logo depois falou sobre as diferentes deficiências que a escola atende, caracterizando-as e embasando-as, dando ênfase em aspectos individuais que cada uma apresenta, assim como todos os alunos as apresentam. Finalizando com a dinâmica "Inclusão: plante essa ideia no coração".

² Espaço para atendimento educacional especializado com equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade, com vistas a apoiar a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado - AEE. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php.Aseesp-esducacao-especial>>. Acesso em 1º/03/2011



Neste primeiro encontro foi salientado pela Educadora Especial, que é muito importante todos terem conhecimento sobre as deficiências para poder auxiliar no cuidado com os alunos. Para isso a escola como instituição promoveu encontros em grupo e individuais de orientação e observação também para os funcionários mais especificamente para as monitoras que auxiliam diretamente no trabalho, pois estas se sentem sem subsídios para auxiliar no cuidado dos alunos com deficiências.

No segundo encontro com os professores dos anos iniciais e séries finais os mesmos foram divididos em grupos para participarem da dinâmica “Plenária” que consistiu na organização de três grupos, a saber: grupo contra a inclusão, o grupo a favor da inclusão e grupo para analisar as respostas dos colegas.

O resultado dessa dinâmica desvelou ideias e argumentos que circulam entre os professores e funcionários da escola. O grupo 1 posicionou-se contra a inclusão, segue argumentos:

Professor não está preparado, (não conhece mecanismos físicos que ajudam o aluno a realizar atividades escolares); Aluno não tem aprendido; Aluno fica excluído na sala de aula e fora dela; Sofrem conseqüências como a rejeição e o bullying; Não interage com o grupo; Professor angustiado (por não saber como agir, stress); Prejudica o rendimento dos outros alunos; Família insatisfeita com a escola; Avaliação difícil; Não aceitação da comunidade (REUNIÃO NA ESCOLA PROFESSORES, 2010).

O grupo 2 se posicionou a favor a inclusão, veja os argumentos deste grupo:

Direito assegurado por lei; Socialização; Crescimento pessoal; Desenvolver suas potencialidades; Socialização do ser humano; Reconhecimento social; Oportunidades; Aceitação pessoal; Qualidade de VIDA; Habilidades (processo natural) (REUNIÃO NA ESCOLA PROFESSORES, 2010)

O terceiro grupo analisou as discussões e posicionou-se a favor da inclusão, pois os educadores que o integraram acreditam que os alunos com deficiência têm o direito de freqüentar a escola, embora saibam das limitações dos professores para o atendimento desses alunos.

A partir dos depoimentos dos três grupos, percebeu-se que na própria escola existe uma diversidade de opiniões. Um grupo esta consciente quanto à diversidade



de identidades culturais existentes no contexto da escola. Esse mesmo grupo também demonstra clareza em relação ao papel da escola como organização.

O relato das práticas e vivências dos professores e demais funcionários que trabalham diretamente com alunos com necessidades especiais incluídos nas suas classes regulares, instigaram os próprios participantes a se constituírem como pesquisadores em ação. Levou em conta o diálogo e os saberes docentes para posicionaram-se contra e ou a favor da inclusão.

Os professores foram convidados a escrever um relato sobre a inclusão, para que possamos ter uma visão geral dos profissionais da escola. O mesmo foi realizado sem identificação e com observações após ser distribuído aos professores.

“Somos todos filhos de Deus, por consequência ninguém é melhor ou pior. Deus nos quer livres e felizes, porém não podemos fugir de nossos deveres em relação ao outro, logo todos devem ser respeitados, digo, tanto os “normais” como os “especiais” precisam respeitar-se”.

“ Inclusão: algo complicado penso que cada tipo de deficiência deve ser visto de forma diferente. Deve ser avaliado para ver se a pessoa realmente pode frequentar a escola regular ou não. O professor deve sim procurar auxílio e formação para melhorar seu trabalho em sala para realmente trabalhar com essas pessoas não excluindo-as, procurando valoriza-la. Apesar de tudo isso, a inclusão ainda é vista por mim como algo difícil e desafiador.”

Os relatos indicam que as discussões nos encontros serviram como mola propulsora de um repensar e de uma reelaboração da prática pedagógica, levando em conta a realidade de cada discente.

No terceiro encontro com os professores, iniciou-se com uma dinâmica caracterizando os professores que estavam presentes (gaita legal- onde cada participante deveria escrever uma qualidade do colega e assim sucessivamente ao colega que estava do lado, até receber de volta a sua folha, os participantes deveriam deixar fechada a gaita quando recebesse). Organizou grupos para estudar diferentes deficiências como, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, deficiência visual e outras elencando pontos importantes como: conceito, características e tratamento para os alunos incluídos. Os professores dos



grupos deveriam procurar nas bibliografias (selecionadas) disponibilizadas para a pesquisa e organizar uma forma criativa de apresentar (jornal e etc.)

Na sequência os grupos apresentaram-se e ao grande grupo, a educadora especial conforme o grupo explanava complementava os estudos dando mais informações sobre as deficiências aprofundando os conceitos e trazendo exemplos dos próprios educandos da escola e finalizava apresentando um vídeo sobre as deficiências em estudo (assim para cada uma). Para finalizar o estudo, a reunião, a educadora especial entregou as -gaita legal- refletindo que assim como nos podemos caracterizar e conceituar as deficiências, as pessoas também tem um olhar sobre nós que nos diferencia um dos outros e vamos descobrir lendo as diferentes qualidades que o seus colegas pensam sobre você.

Em um contexto inclusivo que estamos vivenciando neste novo século, as práticas já podem ser apontadas em reflexão, observando os aspectos positivos e/ou negativo, as necessidades, as dificuldades, as conquistas vivenciadas no processo inclusivo. Alguns agentes participantes deste processo relatam que:

“Penso que a educação inclusiva que os alunos da escola em que eu trabalho, estão inseridos, não está acontecendo na prática. Acredito que para que aconteça a inclusão faz-se necessário envolver toda a comunidade escolar, família e também a comunidade civil. Ainda há muito a refletir, remodelar e agir sobre esta questão. Sou consciente de que não trabalho como deveria com os alunos inclusos, os quais não estão sendo incluídos nas atividades que exigem registros da linguagem e escrita. Para alguns, a escola esta resultando soment em objetivo de integrar e socializar e não passará disso. Conheço as limitações dos alunos e sugiro para nós todos “profissionais”, que trabalham nesta área que possamos dar ênfase às habilidades que eles possam desenvolver e levar este aprendizado para sua vida.”(Professor da Escola,2010)

No encontro com os funcionários (merendeiras, monitoras, serventes, secretária, bibliotecária) iniciou-se com a explanação de como funciona a Sala de Recursos Multifuncional - SRM, já que esta era um ambiente novo na escola e como é feito o Atendimento Educacional Especializado (AEE), mostrando com o auxilio audiovisual. Logo depois falou sobre as diferentes deficiências que a escola atende, caracterizando-as e embasando-as, dando ênfase em aspectos individuais que cada uma apresenta, assim como todos os alunos as apresentam.



Foi realizado a dinâmica da gaita legal caracterizando os colaboradores que estavam presentes (gaita legal- onde cada participante escrever uma qualidade do colega e assim sucessivamente ao colega que estava do lado, ate receber de volta a sua folha, os participantes deveriam deixar fechada a gaita quando recebesse). No final do encontro a educadora especial entregou a -gaita legal- refletindo que assim como nos podemos caracterizar e conceituar as deficiências as pessoas também tem um olhar sobre nós que nos diferencia dos outros e vamos descobrir lendo as diferentes qualidades que o/a seu /sua colega pensa sobre você.

Neste encontro foi salientado pela Educadora Especial, que é muito importante todos terem conhecimento sobre as deficiências para poder auxiliar no cuidado com os alunos. Para isso a escola como instituição promoveu estes encontros em grupo e individuais de orientação e observação com os funcionários / colaboradores que auxiliam diretamente no trabalho, pois estes se sentem sem subsídios para auxiliar no cuidado dos alunos com deficiências.

Foi possível no grupo momentos de depoimentos sobre o processo inclusivo, que nos trazem grande significância em valorizar o mesmo:

“Comecei este ano, sem entender muito bem o que significa inclusão, e apesar de já estar na escola há quase um ano confesso que ainda não entendi essa palavra. Pois vejo, que as crianças(pela parte da manhã) não estão inclusas e sim estão vindo para a escola para marcar presença. Não sei se estou certa, mas este é o meu pensamento pois dentro da sala de ualá eu fico meio perdida sem saber como ensinar essas crianças.”(Colaborador da Escola,2010)

“É uma experiência nova. A gente aprende a conviver com crianças especiais e acaba perdendo aquele “medo” de cuidar delas. Algumas crianças sugam toda nossa energia e muitas vezes precisamos conversar com alguém mais experiente para tirar nossas dúvidas. Temos conquistas, onde ganhamos a confiança das crianças que muitas vezes procuram em nós o que falta em casa.” (Colaborador da Escola,2010)

A partir das ações realizadas sentiu-se que os professores e colaboradores ampliaram sua consciência sobre o assunto política de inclusão e sobre a necessidade da escola adotá-la. Porém, sabem de suas limitações e dificuldades para atender o educando incluído e se preocupam e argumentam não ter elementos



educativos suficientes para desenvolver o potencial dessas pessoas respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

O tema inclusão ainda é um tema a ser enfrentado pela escola comum, pois exige que os gestores e profissionais em educação se apropriem melhor desta política para vencer as dificuldades de operacionalizá-la. Estão distantes de serem esgotados os estudos referentes à inclusão, pois nem sempre temos a noção correta a respeito. Embora acredita-se que a política de inclusão está avançando, sabe-se que falta muito ainda para atingir um patamar em que o diferente não seja tão diferente.

A construção do sistema inclusivo depende de uma construção coletiva. Incluir significa trocas. Trocas de conhecimento, de culturas, de experiências e a construção do conhecimento de forma coletiva, onde cada um tem o que dar o que contribuir. É muito importante o esforço conjunto escolar, do coletivo escolar, das trocas entre os professores, entre os gestores, experiências entre escolas que já tiveram experiências de inclusão.

Dessa forma o grande desafio das escolas é trabalhar sem que a discriminação esteja presente no âmbito escolar e que o respeito ao diferente possa tornar as escolas um espaço acolhedor e de aprendizagem com qualidade. Neste sentido a escola, através dos gestores juntamente com os demais segmentos da escola deve propor práticas inclusivas, pois assim estaremos oportunizando o acolhimento à diversidade humana e equiparação de oportunidades em todas as dimensões da vida.

Conclusão/Considerações Finais

Este trabalho surgiu da necessidade como educadora especial, contribuir para o trabalho pedagógico do educador junto aos educando com necessidades educativas especiais, em uma nova concepção teórica sobre a inclusão está exigindo revisão de posturas e de conceitos, além de muitas adaptações legais e operacionais que precisam ser colocadas em prática.



Analisando toda a trajetória de implantação do Projeto Vivencial em política inclusiva, suas ações, a participação da comunidade e a colaboração como educadora especial auxiliando no trabalho, acredita-se que a escola não será a mesma. Tudo o que vem acontecendo, até agora, foi de fundamental importância para que os diferentes segmentos da escola possam ter atitudes de aceitação e valorização do aluno incluído.

Neste processo com as ações implantadas de formação para toda comunidade escolar os resultados são positivos, pois se obteve um maior conhecimento do tema inclusão. Mas ainda é preciso buscar novas práticas educativas para atender a diversidade que caracteriza nossa sociedade, oferecendo formação continuada aos professores em função dos avanços do conhecimento e tecnologia.

Referências

ANTUNES, Celso. **Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL, MEC/SEE. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Ministério da Educação.

_____. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**.

JANNUZZI, G. S. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MARCHESI, Alvaro. *Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas*. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, edições científicas, 2001



XIV
Seminário
Internacional
de Educação
no Mercosul

XI Seminário
Interinstitucional

II Curso de Práticas
Socioculturais Interdisciplinares

I Encontro Estadual
de Formação de Professores
“Conhecimento & Interdisciplinaridade”

8 a 11 de maio de 2012



Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
elaborado pelo Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília – Janeiro de 2008.

Saberes e práticas de inclusão: caderno do coordenador e do formador. 2ª ed.,
Brasília: MEC, Secretaria Especial, 2006.